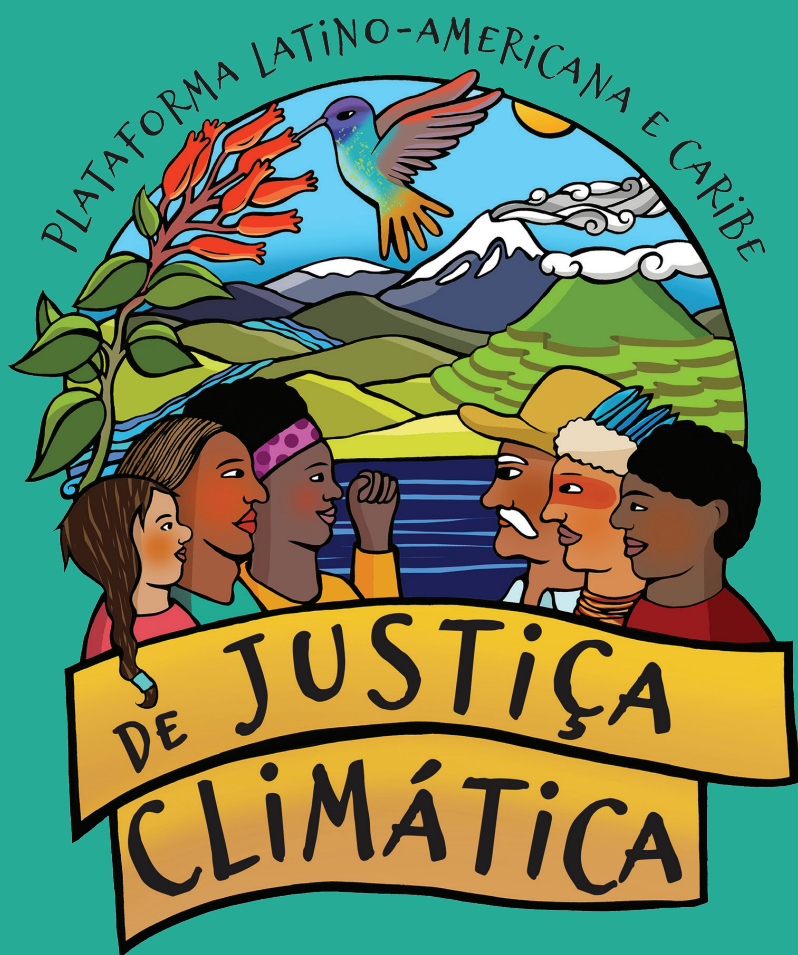
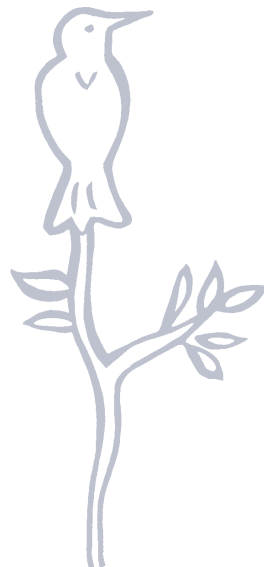


# GLOSSÁRIO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA



# CONTEÚDOS

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>Justiça Climática</b>	<b>4</b>
<b>Falsas Soluções</b>	<b>10</b>
<b>Jargão Climático</b>	<b>19</b>
<b>Estratégias Corporativas e Estatais</b>	<b>25</b>
<b>Propostas e Soluções dos Povos</b>	<b>29</b>



# APRESENTAÇÃO

A chamada Mudança Climática tornou-se nos últimos anos uma questão incontornável para atores públicos e privados, nacionais e multinacionais, que desenvolveram uma retórica coesa para convencer uma sociedade que sofre cada vez mais com os impactos da crise do clima de que estão agindo veementemente para transformar a situação.

Essa retórica, distante para quem não conhece a narrativa científica ou os cenários de negociação internacional, é baseada em termos técnicos, que tendem a confundir intencionalmente a maioria da compreensão do problema e, claro, da sua abordagem.

No âmbito das negociações climáticas, tem se posicionado a ideia de reduzir o problema a uma questão de moléculas na atmosfera, ou seja, concentra-se em uma das consequências da crise da civilização e não nas suas raízes. Enfrentar a crise climática é uma situação complexa, onde convergem muitos interesses, dinâmicas, escalas e atores; com essa desculpa, criou-se um nicho hiperespecializado, que ofusca as possibilidades de ação coletiva para as transformações urgentes que o momento atual exige.

A **Plataforma Latino-Americana e do Caribe para a Justiça Climática**, buscando contribuir para ampliar a compreensão do problema e promover ações concretas dos povos e organizações sociais, preparou este **Glossário de Justiça Climática** em suas mãos. Este documento é composto por cinco seções que se referem a: i) Jargão climático: que faz alusão aos termos técnicos mencionados; ii) Falsas soluções: instrumentos e mecanismos que funcionam como distrações das reais necessidades de transformação da crise climática; iii) Estratégias das empresas e dos Estados: que torna visível, em consonância com falsas soluções, como os principais poluidores procuram evadir-se de suas responsabilidades e perpetuar atividades poluidoras; iv) Justiça climática: que evidencia, em contraste com a institucionalidade, como os movimentos sociais ao redor do mundo avançaram em sua própria narrativa sobre a crise; e v) Propostas e soluções do povo: avançar na construção coletiva da esperança.

Sabemos que este primeiro esforço não é exaustivo, mas com ele pretendemos ampliar algumas de nossas reflexões e unir esforços para desmascarar falsas soluções e, sobretudo, compreender e fazer eco das propostas de justiça climática.

1

# JUSTIÇA CLIMÁTICA



## **Colapso climático / crise climática**

O clima sempre mudou, porém, a atividade antrópica moderna com seu padrão energético baseado em combustíveis fósseis provocou o colapso do sistema Terra, gerando mudanças bruscas, aceleradas e imprevisíveis no clima devido ao aquecimento global.

Esta noção de “colapso-crise” refere-se à situação de insustentabilidade da vida (humana e não-humana) devido à dominação de uma visão patriarcal, racista, antropocêntrica, androcêntrica, especista e colonial na organização dos sistemas sociais modernos, em detrimento da biodiversidade, da água, do solo e de outros elementos da natureza; que nos últimos anos acelerou e afetou os ciclos ecológicos, produzindo mudanças nos ecossistemas, algumas delas irreversíveis.

As múltiplas crises associadas (econômicas, sanitárias, políticas, assistenciais, entre outras) suscitam a necessidade de uma ética da vida que reorganize, regenere, repare e cure os vínculos entre a humanidade e a natureza para impedir o colapso.

## **Deslocadxs/refugiadxs climáticos ou ambientais**

A migração forçada devido a desastres ou mudanças climáticas violentas está se tornando mais frequente. Pessoas deslocadas internamente (dentro de um país), pessoas deslocadas externamente (refugiadas) e apátridas (sem nacionalidade legal) são uma população crescente.

As pessoas afetadas pelos efeitos da crise climática (como monções, deslizamentos de terra, secas, enchentes, furacões) podem ser encontradas em qualquer lugar do mundo, embora os impactos ocorram de forma diferente em países com os quais os grandes poluidores têm dívidas ecológicas ou sociais importantes, em uma situação de vulnerabilidade ou conflito, sofrendo desproporcionalmente os impactos da crise climática, razão pela qual necessitam de mais apoio.

Em situação de vulnerabilidade, deslocamento e migração forçada, os mais afetados são os idosos, mulheres, meninos e meninas.

## Dívida Ecológica e Dívida Climática

A dívida ecológica é a dívida que os países do Norte têm com os povos e países do Sul. É uma responsabilidade com o planeta devido à destruição gradual como efeito das formas de produção e consumo. Foi gerado nos tempos coloniais e continua a aumentar até hoje.

Isso inclui a responsabilidade pelo saque, usufruto, destruição, devastação (extrativismo petrolífero e mineral, destruição de florestas e biodiversidade) e poluição da natureza. Também é gerado por trocas ecologicamente desiguais, pois a produção para exportação -principalmente de matérias-primas- é realizada sem levar em conta os danos sociais e ambientais que gera, como a apropriação intelectual e o usufruto do conhecimentos ancestrais relacionados com as sementes e plantas, o uso e degradação da terra, do solo, da água e do ar para o estabelecimento de monoculturas e a poluição pelo depósito de lixo e resíduos tóxicos em países do Terceiro Mundo, entre outros efeitos do capitalismo industrializado e global, colocando em risco a soberania alimentar e em geral os meios e modos de vida das comunidades locais.

A dívida ecológica inclui a dívida climática, que é a apropriação ilegítima da atmosfera e da capacidade de absorção de dióxido de carbono do planeta (solos, florestas, oceanos) a partir da extração e queima desproporcional de combustíveis fósseis. A poluição atmosférica é a principal causa do efeito estufa e da consequente crise climática que afeta principalmente os povos mais vulneráveis do Sul.

## Mudança sistêmica

A evidência esmagadora dos impactos das mudanças climáticas estabelece claramente as causas estruturais da crise climática. O capitalismo, como sistema global e institucionalizado de organização econômica que busca o crescimento econômico e a concentração da riqueza como único objetivo, está destruindo a vida no planeta.

Se quisermos abordar as causas estruturais das mudanças climáticas, devemos buscar mudanças sistêmicas. Embora não tenhamos clareza em detalhes sobre o que isso significa, sabemos que devemos passar por uma transição que reestruture as formas de organização socioeconômica e restaure a harmonia com a natureza, ao mesmo tempo em que provoque justiça social e equidade.

Essa mudança sistêmica deve eliminar o capitalismo e suas relações de poder, assim como o extrativismo predatório, o patriarcado, o racismo, o colonialismo, o especismo e o classismo. Deve ser uma mudança que coloque o comum, o coletivo, a comunidade, o cuidado e as redes de vida no centro da organização econômica e social, onde se distribui a riqueza, consome-se o necessário e se proporciona uma vida digna, em especial, às populações historicamente excluídas, deslocadas e impactadas pelo sistema de acumulação de riqueza. Um sistema que respeite os direitos humanos das comunidades indígenas e ancestrais, mulheres, camponeses, trabalhadores e os direitos da natureza.

### **Racismo Climático**

Embora os impactos dos eventos climáticos extremos atinjam a todos, nem todas as pessoas têm a capacidade de enfrentá-los e se recuperar deles com a mesma facilidade.

A experiência tem mostrado que populações historicamente exploradas, discriminadas e excluídas por estruturas econômicas e sociais que beneficiam pequenas elites -geralmente brancas- são desproporcionalmente mais vulneráveis porque são obrigadas a viver em áreas de risco e também possuem menos recursos. Ao mesmo tempo, o alívio de desastres e o benefício das políticas de recuperação são distribuídos desproporcionalmente em favor das comunidades brancas e ricas, sobre as comunidades afrodescendentes, indígenas, camponesas, operárias, etc. O racismo climático expõe e perpetua o legado do colonialismo.

### **Responsabilidades históricas / Responsabilidades dos grandes poluidores**

A crise climática tem, sem dúvida, responsabilidades históricas. A forma como essa discussão tem sido abordada nas esferas multilaterais tem se concentrado exclusivamente nas responsabilidades dos Estados, evidenciando as responsabilidades históricas dos países "mais desenvolvidos", onde os Estados Unidos da América ocupam o primeiro lugar, seguidos por toda a Europa e outros países industrializados. Esses países usaram combustíveis fósseis não apenas para desenvolver sua indústria, mas também para estabelecer relações coloniais, controlar o acesso aos recursos e gerar lucros.

No entanto, para evitar o maniqueísmo, essa análise deve ser complementada levando em conta as desigualdades e iniquidades dentro dos Estados. Nesse sentido, não se pode falar de responsabilidades históricas se não se fala também dos enormes lucros que as corporações transnacionais -públicas e privadas-, as oligarquias e as elites financeiras alcançaram, e da responsabilidade dos atores políticos e tomadores de decisão que permitiram e encobriram a desapropriação, a destruição da natureza e a violação de direitos, construindo um sistema de impunidade. Ao mesmo tempo, comunidades indígenas e da classe trabalhadora, ou migrantes despossuídos no Norte, não podem ser responsabilizados pela dívida climática com o mundo. Assim como no Sul há elites cujas características pró-imperialistas contribuem significativamente para o aquecimento global.

### **Sul Global / Norte Global**

É cada vez mais comum ouvir falar do Sul Global. Muitas vezes, o termo é usado de forma contraditória e confusa. É usado, por exemplo, ora para se referir exclusivamente ao sul geográfico ou para substituir a denominação de países em desenvolvimento, ora para falar das comunidades mais vulneráveis, independentemente de onde estejam. Portanto, é importante avançar para uma definição que permita uma elaboração narrativa do termo que contribua para a mudança sistêmica.

Existe o risco de que o conceito de Sul Global seja usado para obscurecer e esconder desigualdades e injustiças dentro dos “países do Sul”. Esse conceito não pode se referir às oligarquias, empresários, latifundiários, administradores e representantes das transnacionais de um país do “Sul” ou em “caminhos em desenvolvimento”.

O Sul Global, então, refere-se exclusivamente às populações locais, comunidades indígenas, camponeses e organizações territoriais, vítimas dos impactos do capitalismo, do patriarcado, do colonialismo, da violência estrutural e da aplicação de políticas extrativistas de desenvolvimento. E às populações vulneráveis, deslocadas, sacrificadas, contaminadas, perseguidas, intimidadas e ameaçadas pelas corporações, pelo sistema financeiro e pelos Estados. Dessa forma, podemos encontrar comunidades do Sul Global nos Estados Unidos ou na Europa que atendem a essas mesmas condições.

Ao contrário, o Norte Global deve se referir a Estados, instituições fronteiriças, corporações, elites, agronegócios e oligarquias financeiras; indivíduos e instituições que facilitam ou se beneficiam da exploração, pilhagem e acumulação de riqueza. Desta forma podemos encontrar o Norte Global nos países do Sul.



## Transição justa de e para os povos

*Transição justa* é um conceito em constante mudança e disputa, assumindo diferentes formas desde suas origens -no sindicalismo- até hoje. Muitas organizações multilaterais, corporações e Estados começaram a incluí-lo de forma demagógica para disfarçar falsas soluções ou justificar a permanência de um modelo de desenvolvimento que está nos levando inexoravelmente ao colapso climático. Ao mesmo tempo, a transição justa não deve ser confundida com o “direito ao desenvolvimento”, nem deve ser usada como justificativa para evitar uma transformação profunda da sociedade e da economia.

Do ponto de vista da Justiça Climática, a transição justa deve colocar no centro da discussão a proteção e os direitos da natureza, das comunidades e populações dos territórios que historicamente foram impactados por políticas violentas de desenvolvimento extrativista. A transição justa é o caminho a percorrer para uma mudança sistêmica profunda, dos povos e para os povos e a natureza.



# 2

## FALSAS SOLUÇÕES



## **Agricultura Climaticamente Inteligente - ACI** (CSA da sigla em inglês)

O conceito foi introduzido pela FAO em 2010, desta forma, a Aliança Global para Agricultura Climaticamente Inteligente –Global Alliance for Climate Smart Agriculture (GACSA)– foi lançada oficialmente durante a COP24 em novembro de 2014.

Constitui uma proposta de ações para transformar e reorientar os sistemas agrícolas, para apoiar as grandes empresas do agronegócio. É promovido como uma forma eficaz de garantir a segurança alimentar no contexto de um clima em mudança, no entanto, visa apenas deslocar a agricultura camponesa e familiar e, ao mesmo tempo, acabar com os conhecimentos e técnicas agrícolas tradicionais, cuidados e manutenção de variedades de sementes nativas, vivenciadas e praticadas por camponeses desde tempos remotos, monopolizando a água, ocupando terras e gerando dependência de agroquímicos e sementes transgênicas controladas por corporações.

Por isso, os movimentos e organizações camponesas e os que se opõem a falsas soluções às mudanças climáticas a denunciam, pois só aumenta os lucros e o controle do agronegócio, também beneficia e promove os mercados de carbono.

## **Bioenergia com Captura e Armazenamento de Carbono - BECCS**

A Bioenergia com Captura e Armazenamento de Carbono (BECCS) é um processo de queima de biomassa em larga escala para geração de energia e depois, através de plantações florestais comerciais, retirar da atmosfera o excesso de dióxido de carbono produzido por essa atividade.

Esta proposta também inclui a promoção de outras tecnologias mais artificiais de captura e armazenamento de carbono que, por meio de grandes dispositivos, visam absorver CO<sub>2</sub> para reinjetá-lo no subsolo ou no fundo dos oceanos (ver geoengenharia). Portanto, é mais uma ferramenta, proposta pelas corporações em sua suposta luta contra a crise climática.

Para as organizações que promovem a justiça climática, essa é uma distração arriscada, não validada, cara e perigosa que nos desvia da redução real, urgente e dramática das emissões necessárias para evitar a crise climática.

As corporações de combustíveis fósseis fizeram um grande esforço para apresentar esta proposta como uma bala de prata no combate às mudanças climáticas simplesmente porque permite que elas continuem lucrando com a destruição

de nossos ecossistemas e comunidades. Estas empresas, e os governos que as apoiam, apostam tudo para eliminar o CO<sub>2</sub> com este tipo de geoengenharia, cuja eficácia está em interditada, ou com tecnologias imaturas e arriscadas, em vez de investir em energias limpas, ecológicas que favorecem a soberania energética, ou outras formas de limitar a produção de gases de efeito estufa, que é o que realmente é necessário para frear a emergência e a crise climática, como deixar os combustíveis fósseis no subsolo e frear o extrativismo predatório.

## Descarbonizar

“Descarbonizar” aponta -de maneira retórica- para as ações que nos permitem continuar com o modelo de crescimento econômico com menos emissões de CO<sub>2</sub>. No entanto, deve referir-se à eliminação do consumo de combustíveis fósseis que possuem carbono em sua estrutura molecular e cuja combustão libera poluentes que afetam a saúde das pessoas e dos ecossistemas, como os gases de efeito estufa que provocam o aquecimento próximo à superfície terrestre impactando o clima em nível global. O mais abundante desses gases, causados pelas atividades humanas, é o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

## Emissões Net Zero

Cada vez mais, tomadores de decisão e autoridades governamentais, organizações multilaterais, Instituições Financeiras Internacionais, ONGs e corporações transnacionais são ouvidos usando o conceito de “net zero” ou “emissões líquidas zero” como estratégia para limpar suas imagens, distraindo e confundindo a população para evitar enfrentar seriamente a crise climática.

O “net zero” esconde a ideia de que é possível continuar poluindo como sempre, ou até mesmo aumentar o consumo de combustíveis fósseis, “compensando” as emissões de diferentes formas. Sob esse conceito, as emissões são reduzidas a uma equação matemática, ou seja, as emissões adicionadas em um local são “subtraídas” em outro.

Este conceito esconde uma realidade perversa: continuar poluindo, promovendo experimentos perigosos como geoengenharia, plantações de árvores e monoculturas, projetos do tipo REDD+ ou planos de Soluções Baseadas na Natureza, e gerando grandes negócios -como esquemas de comércio de compensação de emissões- àqueles que são historicamente responsáveis pela crise climática obtendo mais lucros, sem abordar suas causas estruturais.

A aplicação dessas falsas soluções não apenas acelerará a crise climática, mas também aumentará as desigualdades e injustiças estruturais e condenará os povos -historicamente excluídos e vulneráveis- a condições de vida cada vez mais adversas, aumentando a vulnerabilidade.

## **Geoengenharia**

A geoengenharia é uma falsa e perigosa resposta à crise climática promovida por governos e corporações que promovem esquemas hipotéticos de intervenção humana em larga escala nos oceanos, solos e atmosfera da Terra, com o suposto objetivo de “reduzir as mudanças climáticas”. Com base na especulação e na manipulação do conhecimento científico, promovem “soluções” que se tornarão um grande negócio.

Não há evidências de que essas propostas sejam eficazes para lidar com as mudanças climáticas, mas há uma grande preocupação com os efeitos potencialmente devastadores e maciços que teriam sobre o clima, a natureza e os meios de subsistência, o que aumentará desproporcionalmente os impactos -muitos irreversíveis- sobre a planeta e comunidades locais, particularmente no Sul global.

A geoengenharia se propõe a enfrentar os sintomas das mudanças climáticas, mas ignora suas causas estruturais e abre a possibilidade de que a extração e o consumo de combustíveis fósseis possam continuar dando a entender que a humanidade em breve desenvolverá a tecnologia para evitar e reverter o colapso climático.

Essas tecnologias têm sido tão polêmicas que desde 2020 há uma moratória na Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica, que tem sido repetidamente violada, com projetos de gerenciamento de radiação solar com injeção de aerossóis na estratosfera, projetos de branqueamento de nuvens, tiros de canhão para o céu para dissipar a chuva, ou a disseminação de microesferas de vidro sobre o mar e superfícies congeladas no Alasca.

## **Mecanismos de compensação**

A compreensão hegemônica da gestão ambiental estabeleceu uma narrativa para compreender e processar os impactos das ações de origem humana (entenda, sobretudo, os grandes investimentos capitalistas) sobre os ecossistemas, por meio de teorias econômicas liberais, como a economia ambiental. Em ordem decrescente, essas intervenções dizem evitar, prevenir, mitigar e compensar os danos ambientais.

Se fizermos uma analogia com a violência cotidiana vivida pelas mulheres, seria como tentar compensá-la com presentes.

As compensações estão sendo aplicadas a diferentes áreas, como o ciclo do carbono ou a perda de biodiversidade. Ao falar de compensação, é preciso deixar claro que a intenção é “compensar” os danos ambientais, ou comprar “certificados de compensação da biodiversidade” para destruir a biodiversidade, no mesmo local ou em um local distante.

Barragens hidrelétricas de grande e grande escala, uma mina, um poço de petróleo, uma rodovia, etc., podem causar o desaparecimento de espécies vegetais e animais. Quão ético é falar em compensar uma vida por outra?

As compensações funcionam com equivalências; se eu destruir a biodiversidade aqui, posso preservá-la em outros lugares onde existam espécies animais e vegetais semelhantes; se eu emitir gases de efeito estufa aqui, posso pagar para comprar créditos de carbono, por meio de projetos de REDD, em mercados de carbono ou outros. Portanto, não se trata de evitar o dano, que continua se intensificando, mas de adquirir alvarás para “compensar” o dano causado.

Essa lógica, que não contribui para cuidar dos ecossistemas do planeta ou do clima, também leva ao problema de que a conservação corporativa está privatizando territórios como fonte de serviços ambientais e gerando certificados de compensação. Esses mecanismos de mercado representam uma possibilidade de apropriação de terras, que basicamente permanecem nas mãos de grandes poluidores ou transnacionais conservacionistas que recebem recursos deles e funcionam de fato como uma frente para continuar poluindo. Criam-se muitas vezes pequenas ilhas “conservadas”, despojadas de comunidades legítimas e ancestralmente proprietárias dos territórios, e cujos saberes e práticas têm permitido que sejam preservadas em harmonia.

## **Mercados de carbono**

Os mercados de carbono permitem que as empresas comprem isenções baratas da regulamentação de dióxido de carbono pelas Nações Unidas ou governos nacionais. Eles também permitem que qualquer pessoa adquira certificados que declarem que sua poluição por dióxido de carbono foi “neutralizada”. Em parte, essas isenções e certificados são fabricados por corporações ou estados que assumem e colocam em operação as capacidades de “limpeza” da terra, ou gastam dinheiro

em atividades capitalistas que são certificadas como “menos destrutivas do que o normal”. Dessa forma, as usinas na Europa, por exemplo, podem continuar poluindo o ar com dióxido de carbono enquanto compram certificados que comprovam que estão colonizando a capacidade fotossintética das florestas da América Latina, África ou Ásia; ou que estão liberando menos metano do que dizem ser normal.

Os mercados de carbono –que varreram o globo desde os anos 1990 e são a principal resposta oficial às mudanças climáticas hoje– são modelados a partir dos mercados de serviços ambientais dos anos 1970-1990 nos Estados Unidos. Esses também eram esquemas neoliberais que permitiam às empresas economizar dinheiro por não terem que obedecer às novas leis ambientais dos EUA que entraram em vigor nos anos 1960-1970.

Boa parte do novo capitalismo verde baseia-se nos mercados de carbono, apoiados pelas principais empresas de mineração, petróleo, manufatura em massa, tecnologias digitais, aviação e transporte marítimo, entre outros; bem como por Wall Street, grandes ONGs de Washington como o Environmental Defense Fund e The Nature Conservancy. Todas as agências das Nações Unidas e do Banco Mundial, os governos do mundo e milhares de pesquisadores universitários são a favor do mercado de carbono.

## **Neutralidade de carbono**

Empresas e governos promovem a “neutralidade de carbono” como uma suposta mudança radical que alcançaria um equilíbrio em que a mesma quantidade de gases de efeito estufa emitidos pela geração de determinada atividade fosse eliminada “na medida do possível”.

De acordo com essa suposição, cada tonelada de CO<sub>2</sub> fóssil emitida seria igualada a uma tonelada absorvida por plantas, oceanos, solos ou rochas. No entanto, essa presunção não distingue que existam dois tipos de carbono, aquele que vem de fósseis que foram mantidos no subsolo por milhões de anos e aquele que circula no ciclo natural do carbono na troposfera ou onde a vida é gerada. Sob essa visão, para atingir a meta de neutralidade de carbono, milhões de plantações de árvores devem ser feitas para “compensar” com o carbono armazenado na vegetação existente, em áreas úmidas, em solos, nos oceanos, ou por meio de projetos de BECCS, entre outras propostas.

Esse falso discurso de “neutralidade de carbono”, embora não tenha base científica, na prática, contribui para perpetuar a crença na salvação tecnológica e diminui o senso de urgência em torno da necessidade de começar a parar de extrair hidrocarbonetos fósseis subterrâneos. As corporações procuram “queimar agora, compensar depois”, ou o que é o mesmo “pagar para poluir”, o que fez com que as emissões de carbono continuassem a aumentar. Também acelerou a destruição do mundo natural, aumentando o desmatamento e o enorme risco de aumentar ainda mais a temperatura do planeta.

Nenhum modelo petrodependente e consumidor de energia fóssil pode ser neutro em carbono.

### **Redução de Emissões por Degradação e Desmatamento - REDD**

Uma das muitas funções ecológicas de árvores e arbustos, à medida que crescem, é o sequestro de carbono. Se uma árvore é derrubada, esse carbono é liberado na forma de emissões de dióxido de carbono, de modo que a degradação florestal e o desmatamento são os principais contribuintes para as mudanças climáticas. Durante a COP 13, realizada em Bali em 2007, a Convenção-Quadro das Nações Unidas reconheceu o REDD como um instrumento para avançar no combate às mudanças climáticas, porém, essa concepção não melhora a situação e pode até contribuir para agravá-la.

Os mecanismos de REDD+ não tentam evitar emissões, nem evitar o desmatamento, mas basicamente, eles tentam emitir menos do que se pensava originalmente ser emitido pelo corte de selvas e florestas.

Essa ideia traz problemas diferentes:

1. Selvas e florestas são vistas apenas como sumidouros de carbono, ignorando outras funções vitais para culturas e ecossistemas: se uma árvore apenas serve para armazenar carbono, uma monocultura florestal é tão valiosa -os famosos desertos verdes, sem diversidade, prejudicial à água e ao solo- quanto uma floresta diversificada e cheia de vida, que além de seu papel no ciclo do carbono, é essencial para a regulação da água, cuidado com a biodiversidade, saúde dos solos e muito mais.
2. Em muitos casos, a operação de REDD+ favorece grandes empresas poluidoras ou os chamados vaqueiros do carbono, e especuladores financeiros, pois uma floresta é valorizada pelo cálculo da quantidade de carbono nela acumulada



e a partir dela são criados bens. REDD é um mecanismo complexo. Uma das formas básicas de funcionamento é: um comprador de carbono oferece a uma comunidade -muitas vezes comunidades indígenas que possuem ou cuidam das florestas e florestas- compensação por não destruir o território, que eles não iriam destruir de qualquer maneira, e já estavam tomando cuidado, em troca de certificados de carbono que serão utilizados pelos poluidores ou como ativo financeiro. Os contratos costumam ser feitos para isso, com bastante sigilo e até em línguas diferentes das faladas pelas comunidades, por períodos de tempo de até 100 anos e prorrogáveis.

3. REDD+ transforma as relações culturais dos povos com a natureza não humana. Dessa forma, os projetos privam as comunidades de suas relações de medicina, alimentação, lar e espiritualidade com o território, além disso, podem gerar pressão para desmatar, pois precisam criar risco aos ecossistemas do esquema, para o qual eles são chamados de incentivo perverso.
4. As florestas sob contratos de REDD+ são contabilizadas em termos de créditos de carbono, que nada mais são do que uma carta branca para continuar poluindo. Por exemplo, uma empresa de petróleo que adquire determinado número de créditos de carbono provenientes de uma floresta que já estava sendo cuidada de forma tradicional obtém “licenças, alvarás ou certificados” para emitir, em qualquer lugar do mundo, uma quantidade semelhante de Gases Efeito Estufa. Dessa forma, REDD não contribui nem combate as mudanças climáticas e supõe também uma violação dos direitos territoriais, dos direitos das florestas, das comunidades que cuidam dos territórios, porque entendem a contribuição de manguezais, florestas, turfeiras, florestas, etc. à bela e complexa teia da vida.
5. Projetos do tipo REDD+ violam os direitos da natureza, pois ao proibir o uso tradicional das florestas, a biodiversidade não pode ser recriada, e também porque permite que o CO<sub>2</sub> continue sendo emitido, poluindo a água e/ou destruindo a biodiversidade.

## **Resíduos para energia**

No contexto de um sistema de crescente geração de resíduos, nos enfrentamos à busca frenética por soluções de curto prazo como o enterramento ou a incineração dos resíduos (e a conversão de resíduos em energia). Este suposto aproveitamento dos resíduos para energia na realidade produz resíduos tóxicos, polui o ar e contribui para as mudanças climáticas. Os custos daquilo se externalizam e afetam o meio ambiente e as pessoas.

Os incineradores emitem mais CO<sub>2</sub> (por megawatts/hora) do que as usinas termelétricas a carvão, o gás natural ou mesmo o petróleo. Além disso, a incineração é o método mais custoso para gerar energia e gerenciar os resíduos, criando uma carga econômica significativa para as cidades.

A ideia de que os resíduos desaparecem ou se reaproveitam desanima os esforços de redução na geração deles, e o consequente cuidado da natureza; cria, pelo contrário, um incentivo perverso para gerar mais resíduos.

## **Soluções Baseadas na Natureza - SBN**

As Soluções Baseadas na Natureza (SBN) são “soluções” para que o capitalismo possa continuar extraindo e destruindo a natureza. Foram chamadas assim pela primeira vez por volta de 2009 e são apoiadas pelas Nações Unidas, por companhias petrolíferas como Shell, Chevron, Total, ENI e BP, ou mineradoras como BHP; também transnacionais de conservação como a UICN, The Nature Conservancy e Conservation International.

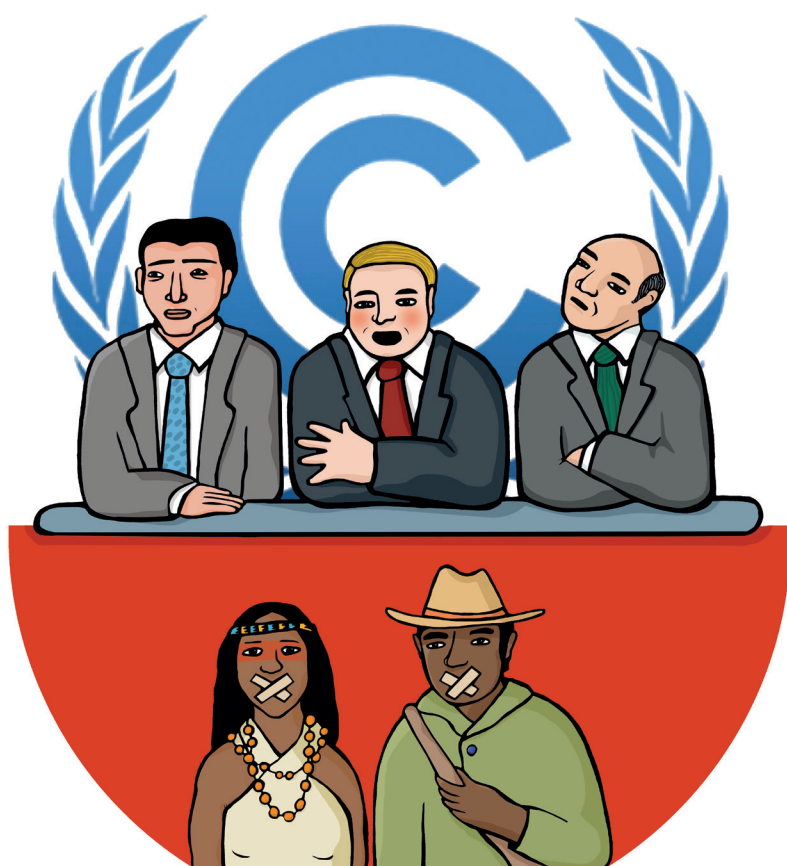
Com as SBNs, as corporações podem justificar a poluição apontando que “eles não precisam deixar os combustíveis fósseis no solo, não precisam parar a agricultura industrial ou parar a mineração”, já que -supostamente- “árvores, solos e oceanos pode limpar o dióxido de carbono que vem de combustíveis fósseis.”

São terras que preferem sem os povos indígenas e camponeses, e se isso não for possível, que aceitem ser pagos um pouco pelo serviço ambiental que vendem. As SBNs, por sua vez, permitirão a grilagem de terras para compensar a perda de biodiversidade ou o impacto sobre a água, causado pela agricultura industrial ou extrativismo.



# 3

## JARGÃO CLIMÁTICO



## Acordo de Paris

O Acordo de Paris é um tratado que faz parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

A implementação do Acordo de Paris terá graves consequências para os povos, territórios, florestas, clima e planeta, pois cria um mercado global de carbono e aprofunda falsas soluções, fazendo com que a crise climática atinja proporções devastadoras.

Este Acordo acaba com o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, tudo o que ele propõe é voluntário, incentiva todos os tipos de projetos do tipo REDD+ e todas as outras falsas soluções. Portanto, não se trata de um acordo para enfrentar as mudanças climáticas, mas de um acordo global de comércio de carbono, cujos objetivos, além dessa questão, nem sequer apontam para evitar que a Terra superaqueça acima do esperado para conter uma crise climática irreversível.

Com sua implementação, a causa do aquecimento global, que é a extração e queima de combustíveis fósseis, nunca será abordada. Por isso, os povos, movimentos e organizações devem denunciá-lo e continuar lutando na resistência contra o extrativismo, a expansão da agropecuária industrial, a urbanização selvagem, o avanço das infraestruturas, as energias renováveis corporativas e a implantação de falsas soluções para as mudanças do clima.

O Acordo de Paris faz parte de um consenso “forçado” para uma transição verde que busca promover soluções de mercado e que só acelera o colapso.

## Adaptação

Adaptação é uma das duas palavras climáticas -a outra é mitigação- que começou a ser amplamente utilizada nas Nações Unidas por volta do ano 2000, para evitar falar em política petrolífera, capitalismo ou extração e queima de combustíveis fósseis.

A adaptação, como meta climática internacional oficial, significa preparar o capitalismo para um clima cada vez mais incerto e ameaçador. Assim como na mitigação, a ideia é que o clima é uma espécie de “natureza” separada da “sociedade” e só pode ser melhor compreendido por cientistas profissionais. Portanto, quando

o clima mudar, os líderes políticos consultarão os cientistas sobre a melhor forma de ajustar a sociedade, para que o capitalismo dependente do petróleo possa continuar.

## **Conferência das Partes - COP**

Abreviadamente chamadas de COP (na sigla em inglês), são as sessões de trabalho entre os países vinculados à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Lá, cada país envia uma delegação de funcionários públicos ou consultores associados às autoridades nacionais, que devem, por sua própria organização política, assumir as tarefas decorrentes dos compromissos firmados e aceitos pelas partes, ou seja, pelos países. Infelizmente, as delegações dos países do Norte global são financiadas por empresas, corporações e sindicatos (petróleo, financeiro, pagamento por serviços ambientais, energia) e, portanto, representam seus interesses. Da mesma forma, muitas pessoas que participam como funcionários públicos procuram impor suas próprias agendas comerciais nacionais, de modo que a Conferência das Partes não representa realmente um interesse ecológico, nem o promove, ou pelo menos reconhece as causas da crise climática como um fenômeno planetário, mas impõe, por meio de práticas de lobby, corrupção e suborno, suas propostas de capitalismo verde e economia de compensação.

Durante as COPs, que são meras cúpulas de negócios, nunca se fala em deixar o petróleo no subsolo ou nas soluções reais propostas pelos povos, por isso, desde o seu início, elas são organizadas paralelamente às negociações oficiais, as Cúpulas dos Povos, onde se ergue a voz das vítimas dos desastres climáticos, dos povos em resistência e das verdadeiras soluções para o aquecimento global.

## **Contribuições Nacionalmente Determinadas – NDCs**

As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, sigla do inglês) são o núcleo do Acordo de Paris; neles, os países signatários apresentaram os supostos esforços que farão para reduzir suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

As NDCs definirão a linha de base para cada país começar a compensar negócios globalmente. Isso será feito através do uso de “resultados de mitigação de transferências internacionais”, que é a nova mercadoria no mercado climático.

Assim, um país do Sul terá prometido em sua NDC que reduzirá um determinado percentual de emissões, mas que, se receber uma “contribuição” econômica,

essa redução será maior. É claro que é conveniente para os países inflacionar as supostas emissões futuras incondicionais para que a diferença entre estas e aquelas condicionadas ao dinheiro seja maior. Essa diferença é o que será vendido na forma de resultados de mitigação e, portanto, como compensações de carbono, para outros países cujos planos de redução não são tão ambiciosos.

As NDCs são, na verdade, uma mentira disfarçada de promessas e as novas carteiras dos Estados nos negócios climáticos.

## **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC**

É um tratado fundador das estratégias políticas dos Estados diante da crise climática. Foi adotado em 9 de maio de 1992 em Nova York, entrando em vigor dois anos depois. Foi modificado em 1997 para adicionar o Protocolo de Kyoto, com o qual começam oficialmente os mecanismos do mercado de carbono. O órgão supremo ou autoridade máxima da UNFCCC é a COP (Conferência das Partes).

Embora as alterações e acréscimos busquem estabelecer medidas mais contundentes e juridicamente vinculantes, a UNFCCC não teve a eficácia nem o resultado esperado, principalmente pela captura societária a que foi submetida e, ao contrário, resultou em uma espaço de negociações que omitem e atrasam as soluções imediatas e urgentes diante das crises climáticas.

## **Mitigação**

Mitigação é uma das duas palavras climáticas - a outra é adaptação- que começou a ser amplamente utilizada nas Nações Unidas por volta do ano 2000, para evitar falar em política petrolífera, capitalismo ou extração e queima de combustíveis fósseis.

A mitigação, como meta climática nacional oficial, significa tentar tornar as mudanças climáticas menos ruins. A ideia é que o clima é uma espécie de “natureza” separada da “sociedade” e que cientistas profissionais entendem melhor os efeitos do excesso de moléculas de dióxido de carbono. Dessa forma, a maneira de tornar a mudança climática menos ruim deveria ser as elites políticas consultarem os cientistas sobre as maneiras mais baratas de reduzir o excesso de moléculas. E assim, continuar a extrair e queimar combustíveis fósseis, enquanto continua a defender o capitalismo.

## Orçamento de Carbono

O conceito de Orçamento de Carbono começou a ser amplamente utilizado por cientistas, economistas e governos durante a década de 1990. É uma das principais estruturas utilizadas para falar sobre mudanças climáticas, inclusive por muitas organizações aliadas.

Parte da base que a mudança climática é um problema causado pela migração de muitas moléculas de dióxido de carbono para o lugar errado: a atmosfera. De acordo com essa teoria, a maneira de lidar com as mudanças climáticas não é agir contra o capitalismo, alimentado por combustíveis fósseis, mas focar em maneiras de impedir essa migração. O orçamento de carbono pressupõe que os membros das Nações Unidas devem chegar a acordos sobre quantas moléculas de dióxido de carbono a mais poderão atingir a atmosfera, ou seja, quanto resta do “orçamento global de carbono” e quem poderá fazer então, coloque-os lá. Então, parece que quando esse orçamento acabar, os líderes mundiais vão intervir para impedir que as moléculas atinjam a atmosfera.

## Responsabilidades comuns, mas diferenciadas

Esta frase descreve um dos princípios adotados pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 1992, que impôs responsabilidades pela crise climática aos países desenvolvidos (Anexo 1). Isso implica na imposição de agendas, programas e decisões para o enfrentamento do aquecimento global.

Afirmar que são responsabilidades comuns significa, por sua vez, que os países do Sul global, embora não sejam responsáveis pelo problema, podem contribuir para mitigar as crises climáticas na devida medida de sua responsabilidade diferenciada.

Ou seja, os países que não só NÃO causaram a crise climática, e que são os mais vulneráveis aos desastres climáticos, se impõem de forma imperialista, racista e colonial, papéis e funções em uma estrutura de venda de serviços ambientais, mercantilização dos ecossistemas e financeirização da natureza, e nos planos de falsas soluções para as mudanças climáticas. Ou por meio de financiamento climático com condicionalidades, endividamento e investimentos.

Os países que, por sua história e modelo econômico, causaram a crise climática, chantagearam o resto do mundo dizendo que só assumirão a responsabilidade

por esse desastre se os demais países aceitarem suas supostas “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, impondo seus negócios verdes e sua economia, compensação ao resto.

A responsabilidade do Norte inclui o reconhecimento da dívida climática com o Sul, que deve ser paga imediatamente.

## **Vulnerabilidade**

As fórmulas e conceitos utilizados para definir a vulnerabilidade evitam intencionalmente incorporar as violações de direitos humanos, as desigualdades ou os impactos decorrentes das indústrias extrativas, como o principal fator que aumenta a vulnerabilidade climática. As comunidades carregam em seus territórios, não apenas os impactos das mudanças climáticas, mas também diretamente as atividades extrativistas ou poluentes que promovem ou justificam um crescimento econômico “necessário”.

Os povos empobrecidos, despojados de terras, territórios e direitos pelo sistema capitalista, extrativista e patriarcal acabam sendo os mais vulneráveis às mudanças climáticas, porém, as verdadeiras soluções para isso estão em suas mãos.

Os conceitos de vulnerabilidade e risco devem ser redefinidos e carregados de novos conteúdos sob o princípio da justiça climática global.





# 4

## ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS E ESTATAIS



## Captação corporativa e cumplicidade estatal

Existe uma intenção deliberada por parte das empresas para que as decisões tomadas nos diferentes espaços regulatórios nacionais e multilaterais sejam destinadas a proteger seus interesses e assegurar a continuidade do funcionamento de suas atividades extrativistas e poluidoras, bem como o fluxo que garanta seus lucros.

Por outro lado, há um interesse deliberado dos Estados e tomadores de decisão em garantir investimentos privados e transnacionais para mostrar ao público o sucesso dos indicadores macroeconômicos, ao mesmo tempo em que responde aos interesses de enriquecimento pessoal, derivado da “viabilidade” de “atividades econômicas” prejudiciais à população e ao meio ambiente.

A cumplicidade do Estado é fruto da falta de vontade política de avançar para transformações profundas e do interesse mesquinho de enriquecimento pessoal ao qual os operadores do Estado acabam se acostumando. Em muitos casos é mais apropriado falar de cumplicidade do Estado em vez de captura corporativa para evitar dar uma mensagem paternalista e romântica dos governos da época.

Infelizmente, espaços multilaterais como as Nações Unidas foram conquistados por corporações transnacionais, o que permitiu que crises ambientais, alimentares, de moradia digna, saneamento e saúde se transformassem em negócios e não em emergências que devem ser resolvidas imediatamente, como as mudanças climáticas.

## Direito ao desenvolvimento

Como existem responsabilidades históricas e diferenciadas pelo colapso climático entre os países ditos “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, as ações e contribuições a serem tomadas devem contemplar essa diferenciação. No entanto, esse “direito” é frequentemente usado para justificar políticas desastrosas do ponto de vista social e ecológico.

No que diz respeito ao clima, ele é usado para evitar ações contundentes contra as causas do aquecimento global, enquanto são impostas aos países ações que intensificam o extrativismo em nome desse direito ao desenvolvimento, ignorando a contradição fundamental entre desenvolvimento capitalista e vida, que dá para a atual crise climática.

## **Economia Verde**

É um modelo econômico de reinvenção capitalista à luz das evidências de superação dos limites planetários e das crises sociais. Consiste na falsa ideia -ou oxímoro- de desenvolvimento sustentável. Defende que é possível manter o ritmo e a lógica desenvolvimentista de crescimento econômico contínuo que tem levado a um desenvolvimento deficiente, aprofundando as causas e os impactos do colapso climático. Utiliza formas de marketing como maquiagem verde, economia circular, bioeconomia, soluções baseadas na natureza e outras. Isso recai sobre a geração de políticas para transições injustas para os povos.

## **Maquiagem verde**

É o falso esverdeamento da mercantilização da vida, por meio de estratégias retóricas e discursivas de fetichização da mercadoria, que ocultam os processos de externalização dos impactos ambientais decorrentes do extrativismo e da acumulação por desapropriação, típicos da produção de mercadorias no capitalismo. Sua estratégia de marketing é gerar publicidade ecologicamente enganosa. É conhecido também como mentiras verdes, ecobranqueamento ou greenwashing e está presente na geração de políticas públicas voltadas à promoção de falsas soluções.

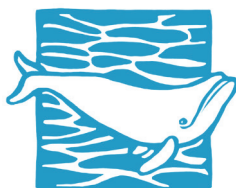
## **Segurança jurídica para investimentos**

Conjunto de regulamentações nacionais ou supranacionais desenvolvido para “atrair” corporações transnacionais ou investidores nacionais e, assim, garantir que suas operações gerem lucros no longo prazo.

Essas normas -histórica e coincidentemente- são impostas a todos os países fugindo ou manipulando processos democráticos que se opõem à vontade da população e que encontram forte resistência de trabalhadores, camponeses, organizações indígenas etc.

A segurança jurídica para os investimentos baseia-se no sacrifício de direitos ou na falta de proteção ao meio ambiente. Os processos de flexibilização trabalhista, a eliminação do direito à consulta prévia ou a mudança deliberada do uso da terra, juntamente com subsídios e autorizações para sonegação de atividades industriais e extrativistas, fazem parte do pacote dessa prática comum dos Estados.

Por exemplo, em muitos países que podem estar tomando medidas para uma transição energética justa, as empresas, apelando para a segurança jurídica para investimentos, estão processando Estados centrais ou seccionais em tribunais de arbitragem internacionais e reivindicando milhões em indenização.



# 5

## PROPOSTAS E SOLUÇÕES DOS POVOS



## **Agroecologia**

É uma ciência, um saber, um movimento e uma práxis de vida que propõe o uso do conhecimento ecológico para atividades agrícolas, pecuárias, florestais e de produção de alimentos, de forma próxima, respeitosa e em harmonia com a natureza, pois contempla de forma abrangente a saúde do ecossistema, o comércio justo, a promoção de redes e valor agregado. Em sua versão não antropocêntrica, representa uma alternativa de regeneração e cura de territórios e redes de vida.

## **Contencioso Climático**

Após mais de duas décadas de atraso, ineficiência, desculpas, captura e interferência corporativa, e diante do fracasso das negociações internacionais sobre mudanças climáticas, o contencioso climático é proposto como um caminho alternativo para alcançar em menor tempo e mais especificamente, o encerramento das operações de indústrias poluentes, a reparação de danos e a proteção dos direitos das comunidades violadas.

Embora seja uma estratégia em desenvolvimento, sua jurisprudência é limitada, e na grande maioria dos países há limitações à independência dos poderes, casos bem-sucedidos de litígios climáticos foram promovidos em todo o mundo na última década. É uma das ferramentas que pessoas e organizações podem usar para responsabilizar grandes poluidores corporativos e governos e exigir a proteção dos direitos de comunidades vulneráveis ou vítimas de atividades extrativistas.

## **Decrescimento**

É uma proposta que nasceu na Europa e que propõe a redução do consumo e da produção de forma a aumentar o bem-estar humano, as condições ecológicas e a equidade no planeta, e que permite garantir o bem-estar da natureza e dos seus recursos.

## **Deixar o petróleo no subsolo**

A proposta de deixar o petróleo no subsolo para enfrentar as crises climáticas foi inspirada nas lutas locais de resistência às atividades petrolíferas para proteger as terras e territórios da contaminação e desapropriação.

Foi apresentado pela primeira vez no cenário internacional na COP10 em Buenos Aires em 2004, pela Rede International Oilwatch. Posteriormente, dezenas de organizações e movimentos sociais em todo o mundo aceitaram essa proposta, à medida que crescia a consciência de que a maneira mais prática, concreta e mensurável de deter o aquecimento global é fechar a fonte dos gases que o causam: a extração e o consumo de gás, petróleo e carvão.

Essa proposta se opõe radicalmente às falsas soluções que vêm sendo implementadas nas últimas décadas nas negociações internacionais sobre o clima, que buscam perpetuar a petrodependência.

### **Gestão comunitária dos territórios**

A gestão comunitária dos territórios é a gestão e o cuidado que as redes comunitárias realizam na reprodução dos comuns e territórios para a vida, nas relações de interdependência e ecodependência. As comunidades têm conhecimento dos territórios, conhecem suas necessidades e implementam tecnologias que resultam em verdadeiras soluções para o cuidado, regeneração, reparação e reprodução sustentável dos territórios dos quais fazem parte. São apostas de resistência para além da conservação dos chamados “recursos naturais” e ecossistemas, que propõem relações profundas, dignas e criativas com a natureza, para manter a vida no planeta.

### **Lixo Zero**

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima reconhece que os programas que reduzem, reutilizam e reciclam resíduos municipais são meios efetivos e de alto impacto para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Tudo que produzimos e consumimos deveria regressar de maneira segura à natureza ou à sociedade, princípio fundamental das soluções de lixo zero. Elas propõem que para alcançar o objetivo de um aquecimento global máximo de 1,5°, devem ser adotados os princípios de conservação de materiais, redução de gases tóxicos, acesso e distribuição equitativa dos recursos. Além disso, estas soluções, que incluem a minimização dos resíduos, a reelaboração, compostagem, biogás, a responsabilidade do produtor, a transformação dos hábitos de consumo, o empoderamento da comunidade e a reciclagem, poderiam se implementar ainda hoje, utilizando as inovações já existentes e com resultados imediatos. Tudo aquilo, com a colaboração direta dos catadores, formuladores de políticas e profissionais inovadores, que já estão demonstrando que as práticas orientadas para o lixo zero são estratégias viáveis.

Juntas, essas estratégias práticas -de baixo para cima- oferecem algumas das melhores soluções urbanas descentralizadas para reduzir a poluição do ambiente e apresentam enormes oportunidades para desenvolver economias locais vivas.

### **Perda, dano e reparação integral**

Perda e dano (loss and damage, em inglês) é usado na UNFCCC para se referir aos danos causados pelas mudanças climáticas, porém, sempre houve uma disputa entre os países responsáveis pelo aquecimento global e os países mais afetados pela crise climática, sobre responsabilidades e compensação pelos desastres causados.

Hoje, as negociações sobre perdas e danos têm se concentrado mais em questões de pesquisa sobre impactos e diálogos sobre “financiamento” do que no reconhecimento e restituição da dívida climática.

No âmbito da justiça climática, o reconhecimento de perdas e danos deve significar um processo de “reparação integral”, que inclui indenização, responsabilidade civil e criminal, bem como a restauração integral dos direitos humanos e da natureza, com a satisfação das vítimas e, mais importante, a não repetição do dano causado. Que, além disso, deve estar livre de endividamento, condicionalidades e falsas soluções para crises climáticas.

### **Soberania energética**

É uma perspectiva que vai além do acesso à energia, estabelecendo o direito a ela como um bem comum e parte da vida digna das pessoas. Implica a tomada de decisão coletiva e a implementação de projetos de geração, distribuição e controle de fontes de energia, pelas comunidades, respeitando os ciclos ecológicos da natureza, propondo um modelo de geração e distribuição justa, sobre o controle, uso e efeitos de energia, e reconfigurando sua escala, propriedade, uso e gestão.

Colocar o interesse das comunidades e a luta pela autonomia e autogestão no centro também implica resistência a grandes projetos de “desenvolvimento”, reivindicando sua dívida histórica e futura, e denúncia do atual sistema que implanta a infraestrutura energética fóssil para “energizar” as estruturas políticas, econômicas, sociais e de controle da natureza que predominam no mundo e levam ao colapso global.



## Soberania e Autonomia Alimentar

A Soberania Alimentar é uma noção levantada pela Via Campesina, discutida na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, para tornar visível que a alimentação é um direito dos povos, países e uniões de países decidirem suas políticas alimentares e agrícolas. Implica dar prioridade à produção agrícola para alimentar o povo, acesso à terra, sementes e crédito, consumo responsável e informado, valorização do trabalho camponês, defesa de preços solidários associados à produção camponesa sustentável, com controle e proteção da produção camponesa de preços muito baratos. importações agrícolas e alimentares ou concorrência desleal ou dumping.

Fala-se em Autonomia Alimentar quando, além de uma dieta soberana, há diversidade de cosmovisões, autodefinição e gestão plena das comunidades camponesas e consumidores, segundo políticas comuns que superem a dependência dos Estados Nacionais, especialmente diante da cooptação e subordinação dos Estados contra as corporações do agronegócio.

## Transição energética justa e popular

A transição energética justa e popular, desde e para os povos e sua plurinacionalidade, é um processo de mudança do atual sistema energético, e conseqüentemente do sistema capitalista. Uma transformação baseada em uma construção coletiva e democrática, que permite gerar mudanças nas condições de produção e consumo de energia, para superar a crise energética e climática, como parte da crise sistêmica.

A transição energética justa e popular busca construir um novo sistema energético em que a energia é considerada um direito, um bem comum que busca satisfazer as demandas energéticas dos povos com dignidade e inclusão social, em harmonia com a natureza. A partir de um enfoque socioecológico e político, coloca em questão e enfrenta a concentração da propriedade, da riqueza e do poder das fontes energéticas, aproveitando os potenciais de energias limpas e ecológicas em nível local. Um sistema energético que busca alcançar processos de soberania energética a partir da eliminação do consumo de combustíveis fósseis, da descolonização, da descentralização, da desmilitarização, da despatriarcalização e da desmaterialização e em que os direitos dos povos e territórios e os direitos da Mãe Terra são assumidos como princípios de comunalização da energia, na construção de uma nova cultura energética, com ética e justiça socioambiental.

# GLOSSÁRIO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

publicado pela  
Plataforma Latino-Americana e do Caribe para a Justiça Climática

Editoras/es

Andrea Echeverri

Ivonne Yáñez

Johanna Molina

Liliana Buitrago

Martin Vilela

Nathalie Rengifo

Osver Polo



Ilustrações e desenho

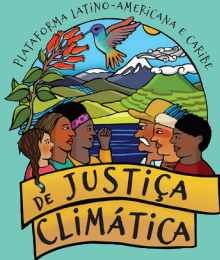
Paulina Veloso



**Junho 2022**

## Plataforma Latino-Americana e do Caribe para a Justiça Climática é formada por

Acción Ecológica (Ecuador)  
AfrosRD (República Dominicana)  
CENSAT Agua Viva (Colombia)  
Centro de Estudios Superiores Universitarios - Universidad Mayor de San Simón - CESU-UMSS (Bolivia)  
Coalición Mundial por los Bosques (Latino América)  
Colectivo de Geografía Crítica (Ecuador)  
Colectivo VientoSur (Chile)  
Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala – CONAVIGUA (Guatemala)  
Coordinadora Nacional de Inmigrantes de Chile (Chile)  
Corporate Accountability (Latino América)  
Equipo de Colaboración y Reflexión ECORE (Honduras)  
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE (Brasil)  
Frente de Lucha por la Soberanía Alimentaria (Argentina)  
GAIA en Latino América y el Caribe  
HEÑOI (Paraguay)  
Iniciativa Amotocodie (Paraguay)  
LIDECS (México)  
Marcha Mundial de las Mujeres Internacional  
Marcha Mundial de las Mujeres - Bolivia  
Marcha Mundial de las Mujeres - Chile  
Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático – MOCICC (Perú)  
Movimiento por el Agua y los Territorios – MAT (Chile)  
Naturaleza de Derechos (Argentina)  
Observatorio de Ecología Política de Venezuela (Venezuela)  
Plataforma Boliviana Frente al Cambio Climático (Bolivia)  
Red boliviana de Mujeres Transformando la Economía – REMTE (Bolivia)  
Taller Ecologista (Argentina)  
TierraActiva - Perú (Perú)  
Unidad Ecológica Salvadoreña – UNES (El Salvador)  
350.org América Latina



Siga nossa página



Entre em contato

[comunicaciones@plataformajusticiaclimatica.org](mailto:comunicaciones@plataformajusticiaclimatica.org)